

**RELAÇÕES CAMPO-CIDADE E A COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA: notas  
sobre o espaço fluminense**

**URBAN-RURAL RELATIONSHIPS AND AGRARIAN  
COMMERCIALIZATION: notes on the space of Rio de Janeiro State**

**Glaucio José Marafon**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
glauciomarafon@hotmail.com

**Rogério Seabra**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
rogerioseabra@gmail.com

**RESUMO**

As transformações em curso no campo revelam uma necessária separação semântica entre rural e agrícola. As atividades no/do campo, mesmo que pontuais, incorporam o setor de serviços, principalmente, para o caso da Região Serrana Fluminense, o turismo em áreas rurais. Ao mesmo tempo, a produção serrana mantém a função de abastecimento para a capital fluminense e seu entorno, mesmo diante de muitas alterações no campo que, conseqüentemente, rebatem na forma e nas normas previstas na comercialização. O texto analisa elementos afins presentes nas mudanças no campo a partir da sua relação com as cidades, dentro do contexto da comercialização agrícola e pensando, portanto, as conexões reticulares nesses espaços.

**Palavras-chave:** Comercialização agrícola. Relação cidade-campo. Redes. Urbanidades. Rio de Janeiro.

**ABSTRACT**

The transformations undergone in the country show an important separation between the meaning of rural and agricultural. The economic activities in the country incorporate the service sector, especially in the case of the Região Serrana Fluminense, where the main activity is tourism in the rural areas. At the same time, the small farmers' crop keeps the supply function for the state capital and its girth even under the context of changes in the rules and ways which the goods are trade. The text discuss how the elements present in the country relate among themselves and their relationship with the cities, within the context of agricultural marketing, and network connections.

**Keywords:** Marketing. Rural-urban relationship. Network. Urbanities. Rio de Janeiro.

## Introdução

A análise das atuais transformações no campo torna-se fundamental, pois, além de desempenhar as funções tradicionais como referência de permanência de atividades, de fornecer mão de obra e matérias-primas para a cidade e consumir produtos dela oriundos, o campo abriga, cada vez mais, atividades não agrícolas como a produção industrial e os serviços associados às atividades de turismo, que valorizam as áreas com aspectos naturais e remetem às mudanças em curso. O campo, além de ser o local da produção agropecuária, transforma-se em um espaço no qual inúmeras atividades não agrícolas são efetuadas, como o trabalho de caseiros, diaristas, jardineiros, etc.

O espaço rural torna-se fortemente marcado pelo conteúdo de técnica e capital, representado pelos complexos agroindustriais e pelo agronegócio, que correspondem ao espaço de produção agrícola, fruto da revolução verde, da modernização e da industrialização da agricultura. Como coloca Elias (2007, p.50), “a difusão do agronegócio globalizado explica, em parte, a expansão do meio técnico-científico-informacional e a urbanização em diferentes áreas do país”. Por outro lado, o espaço rural da produção familiar é fortemente marcado pelas atividades não agrícolas, que valorizam o patrimônio natural e histórico. Essas práticas constituem uma produção alternativa ao modelo dominante do agronegócio e têm por objetivo construir novas bases agroecológicas e sustentáveis que incentivem o fluxo de pessoas oriundas da cidade, sejam turistas ou residentes, em busca de tranquilidade e qualidade de vida.

Configuram-se, então, novas relações entre o campo e a cidade, com novas qualidades e uma impressão forte na paisagem. Além da produção agrícola e da industrialização, há novas atividades que devem ser identificadas para caracterizar o campo e suas relações com a cidade. A presença de uma enorme diversidade de atividades decorre da ação dos pequenos produtores, que contribuem de forma significativa para a produção de alimentos e que, de forma criativa, traçam suas estratégias de sobrevivência. Há também muitos sujeitos sociais, como os grandes proprietários, os assalariados, os pequenos proprietários, os parceiros, os trabalhadores volantes e os sem-terra com sua luta pelo acesso à terra. Tais sujeitos materializam no espaço rural, com o seu trabalho, uma ampla diversidade de objetos, elementos e situações que tornam esse espaço bastante complexo. Surgem, assim, novas territorialidades e ruralidades.

Soma-se a essa complexidade de situações a presença de pessoas oriundas da cidade, que muitas vezes desempenham atividades que não propriamente a agrícola. Tal fato decorre do desenvolvimento tecnológico representado pela melhoria e expansão das vias de comunicação, como estradas, telefonia e meios de transporte. O espaço rural torna-se mais complexo, pois, além das atividades agrícolas, passa a sediar inúmeras atividades não agrícolas.

Para Jean (2007), assistimos ao renascimento do rural e de suas várias funções, fato que ocorre inclusive no espaço rural brasileiro. Desse modo, ao falarmos em rural e nas transformações em curso, estamos necessariamente nos referindo ao processo de urbanização das ocupações não agrícolas, da expansão do consumo, da acessibilidade. Estamos identificando em grande medida os espaços de lazer, da produção industrial e os “processos de produção de valores simbólicos” (REIS, 2001, p. 7). Assim, temos como principais transformações a maior urbanização, o cosmopolitismo dos comportamentos e a intensa relação com os mercados de trabalho. Concordamos com Reis (2001, p. 12) quando afirma que

parece claro que as mudanças no meio rural e a maior territorialização das práticas socioeconômicas comportam uma mais intensa relação quer com políticas públicas, quer com agentes externos (que seguem essas políticas). Esta dupla abertura do espaço rural (a que lhe é trazida por agentes externos que o procuram segundo novos interesses e novas lucratividades e a que resulta da própria metamorfose dos agentes originariamente locais) é com certeza o grande traço de novidade para o que aí vem. Resta, pois, continuar a observar de que modo abertura e mudança geram novas mudanças.

Destarte, se por um lado a produção agrícola, beneficiada pelas linhas de crédito, destinada principalmente ao mercado externo e integrada às grandes empresas internacionais, foi se expandindo e ocupando grandes áreas de terra, de outro lado foi imposta uma forma de gestão de produção e comercialização de alimentos em escala mundial. De acordo com Achkaret al. (2007), os territórios rurais foram sendo incorporados a uma divisão técnica do trabalho que resultou na concentração da terra e na implantação de monoculturas, com o uso intensivo do solo, de recursos hídricos e genéticos, com perda da biodiversidade, com a homogeneização das paisagens rurais e com o desprezo dos sistemas agroalimentares locais.

Por outro, além da produção moderna e integrada aos mercados globalizados, temos também a presença expressiva da produção de base familiar no meio rural. Na busca de sua reprodução e sobrevivência, a produção familiar tem apresentado características como o trabalho em tempo parcial em face da diminuição da jornada de trabalho (favorecida pela incorporação de tecnologias de produção), ou seja, há liberação de membros da família para exercerem outras atividades, agrícolas e não agrícolas, complementando assim a renda familiar.

Entre as atividades não agrícolas presentes no campo, na atualidade, merecem destaque as atividades turísticas, devido à proliferação de áreas de lazer. Essas “novas” atividades demandaram um número crescente de pessoas para dar sustentação à expansão das atividades turísticas no espaço rural, o que possibilitou que os membros das famílias, liberados das atividades rotineiras da exploração agrícola, pudessem ocupar as vagas geradas na expansão do turismo rural e nas atividades industriais.

Assim, devemos levar em consideração que o espaço rural não é somente agrícola. Rompe-se deliberadamente e explicitamente com dois elementos secularmente associados ao rural: sua função principal não é mais, necessariamente, a produção de alimentos e nem a atividade predominante é a agrícola, o que reforça a noção de hibridez do espaço rural. A dimensão não agrícola vem aumentando, muitas vezes associada à noção de patrimônio, com a renaturalização da paisagem. Enfatiza-se a preservação e a proteção da natureza, valoriza-se a busca da autenticidade dos elementos paisagísticos locais, a conservação e a proteção dos patrimônios históricos e culturais, o resgate da memória e da identidade. Dessa forma, há a mercantilização das paisagens, com a consequente expansão das atividades de turismo e de lazer. E esse rural é uma das dimensões do espaço geográfico, que pode ser apreendido nas suas relações com o urbano por meio de das ruralidades, urbanidades e das múltiplas territorialidades.

### **Relações campo x cidade: uma reflexão necessária**

Já distante da velha dicotomia, o tratamento das relações campo-cidade é compreendido dentro das transformações sociais e espaciais articuladas à lógica do capital como modelo societário. Assim, as interações espaciais que marcam o rural e o urbano, são entendidas como relações socioespaciais, que refletem as condições de

(re)produção do espaço, com movimentos simultâneos de imposição, consentimento e resistência.

Surge, assim, uma nova relação campo-cidade baseada não mais nas contradições, mas na complementaridade e na dependência. Mas como pensar essa relação que, antes de qualquer coisa, é complementar, neste início de século? Para Monte-Mór (2006) os conceitos de cidade–campo e urbano–rural ganharam autonomia e dizem respeito a uma gama de relações culturais, socioeconômicas e espaciais entre formas e processos derivados da cidade e do campo sem, no entanto, permitirem a clareza dicotômica que os caracterizava até o século passado. Cada vez mais as fronteiras são difusas e de difícil identificação.

Ressaltamos aqui alguns pontos que consideramos fundamentais para essa reflexão. Vivemos uma época rotulada de globalização, na qual o papel da técnica e da informação é fundamental para a configuração de uma sociedade cada vez mais urbanizada (processo de urbanização da sociedade no sentido assinalado pelo filósofo Henri Lefebvre). Predomina a população urbana, diminui a população rural e as atividades agropecuárias passam a estar cada vez mais associadas ao urbano-industrial; o sistema logístico implementado no território é pensado para dar suporte ao atendimento da esfera produtiva e de comercialização da produção agropecuária.

Existe um grande número de trabalhos que procuram refletir sobre a questão campo-cidade no Brasil contemporâneo e que, na maioria das vezes, se resumem à abordagem da legislação que determina o que é urbano no Brasil, com o espaço rural surgindo por exclusão. Tudo o que não é urbano é rural. Mas a realidade é mais complexa que essa visão administrativa.

O rural torna-se, cada vez mais, diferente de agrícola. Ao mesmo tempo, distinguem-se cidade e urbano, explicitando a crescente complexidade que marca tais relações. Rural e urbano fundem-se, mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades. Evidência disso é que atualmente (como, aliás, no início do processo de industrialização) a indústria muitas vezes “ruraliza-se”, pois, conforme aponta Rua (2006), na atualidade os serviços se estendem ao campo, o que se configura como “urbanidades no rural”.

Assim, para pensar uma nova relação entre o mundo urbano e o mundo rural que apresenta novas ruralidades, urbanidades e territorialidades, podemos apontar com base

em Rúa (2006) que essa relação caminha para:consolidar as relações de proximidade mutuamente benéficas; transformar as cidades em canais efetivos entre as áreas rurais e o mundo exterior; estimular as parcerias de proximidade, redes de produção e disseminação de informação. Assim, faz-se necessário pensar o que se considerarural,quais os critérios utilizados para sua delimitação e quais as implicações dessa delimitação.

Esse processo deriva de uma forte reflexão que se vem fazendo desde os anos 1990 sobre as novas ruralidades e, mais recentemente, sobre o enfoque territorial.Aponta-se a necessidade de ir além do corte pelos dados censitários e abarcar as funções que o território rural cumpre nos diferentes âmbitos – econômico, ecológico, social, institucional, cultural, etc. Assim, essa definição deve dar conta da existência das várias ruralidades.

### **Mas o que são essas novas ruralidades?**

Para Carneiro (2012), não podemos entender a ruralidade hoje somente a partir da penetração do mundo urbano-industrial no que era definido tradicionalmente como "rural", mas também do consumo, pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais (a natureza como valor e os produtos "naturais", por exemplo) e práticas culturais reconhecidos como próprios do chamado mundo rural, e analisarpelo conjunto de características e valores do mundo rural.

ParaNoronha eHespanhol (2009, p. 86),

[...] o conceito de ruralidade, amplamente utilizado pelas ciências sociais, pode ser compreendido a partir de duas concepções, a saber: a) como sinônimo de rural (SARACENO, 1996; ABRAMOVAY, 2000; VEIGA, 2004; KAGEYAMA, 1998); e, b) como expressão e manifestação das identidades de um espaço singular, o rural (WANDERLEY, 2001; TAVARES, 2003; MOREIRA, 2005; KARAM, 2006; BAGLI, 2006). Como sinônimo de rural, a noção de ruralidade, já há muito tempo, vem sendo trabalhada de maneira marginal, ou seja, aquilo que está fora dos limites da cidade e que tende ao desaparecimento em decorrência do fenômeno urbano cada vez mais intenso.

Entretanto, como bem lembra Moreira (2005), falar de ruralidade é também falar de seu par dialético: a urbanidade. Esse híbrido, como é o caso do par campo-cidade, ilustra as relações sociais contemporâneas, imbuídas de trocas e fluxos materiais,

imateriais e culturais. Desse modo, as ruralidades se desenvolvem também nos espaços urbanos e as urbanidades podem se desenvolver nos espaços rurais.

A ruralidade, como construção histórica (WANDERLEY, 2012), deve ser compreendida a partir da existência de identidades. Para Moreira (2005), as identidades equivalem à expressão de múltiplas ordens que se relacionam por meio de redes materiais e afetivas. Para esse autor, a identidade rural requer a existência de uma identidade que não seja rural: a identidade urbana.

Esse renascimento rural que contribui para a construção de uma ruralidade contemporânea é impulsionado pela crescente valorização dos aspectos sobretudo naturais presentes no campo, aspectos esses que conferem um novo significado ao espaço rural. Essa ruralidade é concebida com base nas mudanças socioeconômicas e demográficas, mas também nas conexões com as questões culturais e de representação.

Recentemente, em 2012, a questão da noção de ruralidade foi retomada no âmbito do IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura). Com o intuito de repensar o conceito em relação ao Brasil, propôs-se uma tipologia dos espaços rurais e urbanos no país, concordando com Wanderley (2012), quando aponta as tendências a ser levadas em consideração para a reflexão sobre a ruralidade brasileira: atentar para a mudança do perfil demográfico do campo. A agricultura ganha importância no cenário internacional e nas exportações, mas perde importância na ocupação de trabalho e na formação das rendas. Há uma convivência conflituosa de duas formas sociais de produção na agricultura brasileira. O território ganha espaço como unidade de planejamento, mas as instituições e as forças sociais continuam tendo sua prática na perspectiva setorial e o viés dos investimentos continua sendo compensatório. Destarte, buscar entender essas novas ruralidades é buscar uma explicação da dinâmica do rural que muitas vezes nos escapa e que muda constantemente. Lembrando Moreira (2005), falar de ruralidade é também falar de seu par dialético: a urbanidade.

### **Urbanidades no rural**

Rua (2007), que propõe a noção de “urbanidades no rural”, parte da premissa de que o rural não deixa de existir, mas é transformado; assim, a noção de urbanidades corresponderia a “todas as manifestações materiais e imateriais com caráter inovador em

áreas rurais” (p.272), que podem estar impressas em eixos de urbanização com maior densidade de urbanidade e, fora desses eixos, seriam mais pontuais.

Para o referido autor, essas urbanidades seriam construídas por uma enorme variedade de manifestações, como as materiais, que se traduzem na melhoria da infraestrutura e dos meios de comunicação, nas novas formas de lazer, na segunda residência, no turismo, nas indústrias, etc. e nas imateriais, que compreendem novos valores, como moda, segurança, costumes e hábitos difundidos pela mídia.

Ainda para Rua (2007), ao se estudar as “urbanidades no rural” é necessário enfatizar as especificidades do rural ou “novas ruralidades”, em que: o urbano aparece como dominante na relação assimétrica com o rural; há duas escalas de ação – uma mais ampla, na qual uma urbanização difusa, ideológica e comportamental domina o espaço, e uma mais restrita, que permite soluções (“leituras”) particulares dos movimentos mais gerais, processados localmente (sem enfatizar demasiadamente o poder da ação local); a distinção diz respeito às múltiplas territorialidades vivenciadas pelos diferentes atores sociais (e produzidas por eles), juntamente com as diferentes escalaridades da ação, marcando o surgimento de espaços híbridos, inovadores, frutos da interação entre o urbano e o rural.

Para a análise de áreas nas quais a metrópole apresenta uma grande concentração, Rua (2007) considera importante adicionar a noção de “espaço da metropolização”, que “imprime ao território características que até então eram exclusivas da região metropolitana. Essas características fazem com que não só as práticas sociais, mas inclusive as identidades dos lugares fiquem sujeitas aos códigos metropolitanos.” (LENCIONE, 2003, p. 35)

### **Relações campo-cidade: as redes geográficas e o exemplo da comercialização agrícola**

Analisar as relações espaciais entre o rural e o urbano conforme determina a legislação brasileira reflete, partindo do pressuposto indicado por Veiga (2001), uma tarefa ingênua. De acordo com o autor, o parâmetro burocrático-legal para “o chamado ‘grau de urbanização’ corresponde à porcentagem das pessoas que residem em sedes de municípios e de distritos, independentemente de qualquer de qualquer consideração sobre suas características geográficas” (2001, p. 101). Sem dúvidas, partindo dessa



premissa, a compreensão das relações cidade-campo pode ser considerada simplista e tem baixa capacidade de capturar os atuais fluxos materiais e imateriais em interação entre os campos e as cidades.

Ainda de acordo com Veiga (2001), a definição brasileira contribui pouco(ou nada),por servir como um elemento administrativo e estatístico,para a compreensão de relações não agrícolas no campo e, sobretudo, a pluriatividade. Para o autor,

[...] ao mesmo tempo em que reduz a marcha da inevitável queda da população ativa no setor agropecuário, a pluriatividade favorece a industrialização difusa e a descentralização de serviços sociais para empresas, e vários tipos de serviços pessoais. Como consequência, há absorção local da sobra de braços, o que alivia os outros mercados de trabalho dos setores secundário e terciário das regiões metropolitanas, aglomerações, e centros urbanos, permitindo que o país acelere a adoção de inovações tecnológicas sem temor de desemprego explosivo. (VEIGA, 2001, p.113).

A pluriatividade, além de ser uma realidade pontual no rural brasileiro, reflete uma oportunidade para aumentar a renda e a exploração sobre o trabalhador da pequena produção. De fato, faz-se mister a análise das atividades não agrícolas como estratégia de estudo. Contudo, a abordagem do território para o campo como área-zona, portanto contíguo, esclarece pouco para a natureza também reticular das relações do campo com a cidade que envolvem a pluriatividade. Assim, também pelo prisma da comercialização agrícola, a análise da inserção do campo em múltiplas redes, busca abarcar as formas sociais e espaciais desse processo.

A comercialização agrícola é uma face das interações cidade-campo de extrema importância porque representa de forma material a expansão do capital, com a construção de “novos” ambientes para a acumulação e/ou a determinação de novos significados. Destarte, o atual momento das relações cidade-campo indica a superação da dualidade entre modernização e tradição, com padrões e racionalidades externas (verticais) se impondo e interagindo ao modelo tradicional. Concordando com Moreira (2007), entendemos o campo a partir de um aspecto relacional, isto é, em interação e ressignificação com a cidade. Nesse sentido, abandonamos a dicotomia campo-cidade para compreendermos, em conjunto, o processo de interação entre o urbano e o rural como formas sociais e a cidade e o campo como formas materiais<sup>1</sup>. Portanto, o espaço é

condição para a reprodução do capital e os novos conteúdos do espaço rural são parte do diagnóstico da articulação desse espaço como integrado às redes transnacionais.

A imposição da lógica mercantil e expressão material e imaterial da rede de comercialização agrícola surge como possibilidade analítica para as relações campo-cidade. Portanto, pensar nas interações campo-cidade é refletir sobre novas territorialidades produzidas pela ação transescalar do período hodierno, ou seja, a produção familiar e a comercialização agrícola inseridas no contexto da globalização e das redes geográficas. Além de multifuncional e multidimensional, a leitura do rural deve ser transescalar. No caso brasileiro e, mais especificamente, no rural fluminense, tais processos exibem o contornoda modernização incompleta, como mais uma vez indica Moreira (2007), ou seja, processos incompletos criadores de uma realidade complexa e idiossincrática.

Um aspecto dessa condição surge em Woods (2011), que retrata a multifuncionalidade do espaço rural como uma mudança do rural produtivista e estandardizado do período da rigidez do fordismo para a flexibilidade e os nichos de mercado do período hodierno. Logo, a acumulação capitalista, principal motor das transformações espaciais na atual conjuntura, transforma o espaço rural (pela sua particularidade) em mercadoria e articula a sua lógica produtiva aos interesses locais e globais da acumulação.

A superação da dicotomia aparece na compreensão das relações cidade-campo por meio das relações sociais como prática espacial (DAMIANI, 2012), exemplificadas pelas redes geográficas transescalares e materializadas pelos fluxos de comercialização agrícola, pela interação de pequenos produtores familiares, grandes redes varejistas, operadores logísticos e consumidores. Os diversos agentes, atuando em múltiplas escalas, configuram um aspecto relacional para campo e cidade de inclusões subalternas, centralidades, marginalização, hegemonia, consentimento e resistência (MOREIRA, 2007; FONTES, 1997; DAMIANI, 2012).

Portanto, há mudanças no espaço rural, transformações nos padrões de sociabilidade, novas formas, intensidades e escalas de articulações com o espaço urbano, novos conflitos e embates de identidade e representações. Contudo, o rural mantém sua particularidade, principalmente pela manutenção da sua alteridade com o urbano.

No caso da serra fluminense, os deslocamentos de turistas, veranistas e aposentados urbanos para as áreas rurais é estruturante para as transformações em curso nas práticas socioespaciais no campo, potencializando as novas ruralidades resultantes da mixórdia de valores e símbolos do campo e da cidade. A comercialização agrícola, as interações entre produtores, empresas de logística, redes varejistas e consumidores fundamentam as novas tramas socioespaciais e econômicas, engendrando novas ruralidades, novas formas de relação campo-cidade e novas (com antigas) territorialidades para os pequenos produtores familiares da Região Serrana.

Na verdade, compreendemos as relações cidade-campo por meio de uma fronteira porosa e, principalmente, pela sobreposição de formas de sociabilidade urbana e rural. Concordando com Paré,

[...] conel concepto de nueva ruralidade se há aportado una visión más cercana a la multifuncionalidade del campo o lasregionesrurales em lá época atual, antes caracterizadas por tenerlaproducción primaria como eleje de su vida y de surelación com lasciudades. (2010, p.96).

A configuração de fronteiras porosas revela um aspecto (materialidade) do território; em outras palavras, negamos a ideia de uma urbanização física totalizante, capaz de eliminar os espaços rurais, para pensarmos nas associações entre modelos de sociabilidade, ou seja, uma difusão de valores e símbolos imateriais atuando no espaço urbano e no espaço rural.

Moreira (2005) concatena as ruralidades com o processo de globalização, apontando para a conexão em escalas mais amplas para a mediação entre campo e cidade. O autor desconstrói as “identidades absolutas” (p.15), típicas da racionalidade moderna/iluminista, entre elas a diferenciação dicotômica entre rural e urbano, vinculando os processos de constituição de identidades com os embates e conflitos pertinentes à globalização.

Assim, para o autor,

[...] estaremos falando de rurais sem território e sem natureza, bem como de rurais tradicionais vivenciados nas cidades e no presente. Mesmo que concebidas como simulacros, representações e virtualidades, essas ruralidades compõem elementos da realidade e das identidades contemporâneas. (MOREIRA, 2005,p. 15).

A partir da citação, destacaremos as interações sociais no espaço rural do campo, compreendido como a materialização das relações socioespaciais em interação nas múltiplas escalas. Retornando ao conceito apresentado por Carneiro (2012), Moreira (2005) amplia a possibilidade de vivenciar as ruralidades fora do campo, isto é, a presença de padrões, símbolos e comportamentos do campo experimentados e vivenciados na cidade. Da mesma forma, Rua (2002 e 2007) propõe a experiência de urbanidades no campo.

Relacionando as múltiplas possibilidades de simular a vivência do rural, Moreira (2005) desfaz o rural moderno para construir a ruralidade na globalização, com trações e permanências do modelo de outrora; em outras palavras, ruralidades ressemantizadas de acordo com os parâmetros socioeconômicos e técnicos-espaciais do período atual – a globalização – ocorrendo também em relação também às urbanidades.

Urbanidades e ruralidades não são práticas exclusivas de uma área ou são determinantes para a definição e delimitação dos estados. Sem embargo, como elementos materializados ou não, são territorialidades em constante troca e influência mútua nas relações entre campos e cidades articulados pela perspectiva do espaço reticular.

Assim, casamos o argumento de Moreira (2005) sobre a formação de padrões identitários por alteridade e relacionais, isto é, a ruralidade e a urbanidade são pares dialéticos e coexistem pela sua simultânea interação e diferença. Para o autor,

[...] em outro sentido, toda identidade social que se faz presente, expressa-se e só pode revelar-se em suas relações, só podemos falar de indivíduos em sociedade ou em sociedade de indivíduos [...] Não há uma existência absolutamente autônoma das relações que a compõem e nem uma essência escondida que se revela por partes, como fazem crer as epistemologias herdadas do positivismo e do essencialismo. (2005, p. 18).

As relações reticulares entre campos e cidades e as interações entre urbanidades e ruralidades são elementos constituintes de múltiplas normas e ações produtoras de identidades culturais, territorialidades e, buscando um exemplo prático, de procedimentos para organizar a comercialização agrícola. Para Santos (2002,p.63), o “espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistema de ações” (p.63), formulados por processos socioespaciais-

históricos e, por isso, carregados de intencionalidade de grupos sociais hegemônicos. Nesse sentido, objetos e ações são estruturantes da reprodução ampliada do capital e, portanto, inseridos na normatização técnica das relações campo-cidade e na distribuição de produtos agrícolas.

Retornando para a construção teórica de Moreira (2005), a alteridade é basilar para a construção de identidades derivadas de relações de poder assimétricas, produtoras de lógicas hierarquizadoras. Associando este raciocínio com Santos (2002), a (re)produção do espaço geográfico - a materialidade e a imaterialidade do sistema de objetos e ações - condiciona e é condicionadora da manutenção de elementos hegemônicos. Assim, a produção de identidades sociais rurais e urbanas é articulada por processos assimétricos de poder; ou seja, as relações campo-cidade, pensadas como interações espaciais (CORRÊA, 1997) e sociais, urbanas e rurais, são pautadas por relações de poder fundamentadas em articulações-sobreposições oriundas e produtoras de desigualdades. Em outras palavras, a cidade, como expressão espacial, e as urbanidades (RUA, 2007) são hegemônicas em relação ao campo e às ruralidades, porém não destruidoras; pelo contrário, fortalecem os processos subalternos de origem campestre.

Nas palavras de RUA (2007),

[...] as urbanidades no rural seriam todas as manifestações materiais e imateriais com caráter inovador (nem sempre de origem urbana ou metropolitana, embora influenciadas por essa origem) em áreas rurais, sem que, por isso, fossem identificados tais espaços como urbanos. As urbanidades são constituídas por uma enorme gama de manifestações, que incluem, em seus aspectos materiais, a melhoria da infraestrutura e dos meios de comunicação, novas formas de lazer, a segunda residência, o turismo, as indústrias, o acesso a bens de consumo coletivos, especulação imobiliária e o preço da terra, novas relações de trabalho, direitos trabalhistas, aposentadoria rural etc. (2007, p.272).

Nesse sentido, as urbanidades fomentam mudanças nas interações entre campos e cidades, apontando para uma maior eficiência e alcance dos fluxos e, portanto, (re)construindo a morfologia espacial de integração entre produção e consumo, a partir também de novos parâmetros de competitividade na comercialização de gêneros agrícolas no estado do Rio de Janeiro.

Rua (2002 e 2007) associa as mudanças no campo e em suas relações com as cidades a movimentos de maior magnitude. De acordo com o autor, o movimento do modo de produção capitalista produz (e reproduz) processos de mercantilização do (e no) espaço, sempre de forma desigual e combinada (HARVEY, 2004). Esse processo desemboca nas leituras de multifuncionalidade e também no rural plural quando analisado como possibilidade de alocação de excedentes.

Assim, Woods (2011), ao construir um rural multifuncional, com várias articulações com as cidades e formado por uma pluralidade de imaginações e representações, se aproxima de Rua (2007) e Harvey (2004 e 2011) na visualização do campo como um espaço de múltiplas potencialidades de investimento do capital e, conseqüentemente, lugar de manifestações dinâmicas de resistência e consentimentos de práticas transescalares.

A diversidade resultante é fruto do processo histórico de materialização e embate das forças produtivas em um determinado contexto socioespacial. Logo, as condições de investimento e reprodução ampliada do capital são determinadas por e determinantes de conflitos, negociações, cooptações e aceitações mutáveis ao longo do processo histórico. Na prática, os indivíduos sociais vivem vários papéis e realizam diversas ações, potencializando a complexidade das relações sociais e espaciais. O modelo reticular e a capacidade transescalar de alguns atores amplia esse processo e, conseqüentemente, as relações campo-cidade engendradas pela comercialização agrícola representam um traço desse mecanismo.

Nesse sentido, Saad Filho (2012) lembra o papel das técnicas como mediadoras-viabilizadoras da reprodução ampliada, indicando que este processo está distante de qualquer formato linear; isto é, a condição mais importante para o processo de reprodução do capital é a transformação das relações sociais (e espaciais), sendo o estabelecimento de padrões técnicos de competitividade o resultado de forças hegemônicas estabelecidas pelos conflitos inseridos nas relações sociais de produção.

Butzke e Theis (2012) estabelecem uma articulação entre as relações sociais de produção e a difusão de técnicas no modo de produção capitalista, articulando a difusão das técnicas, as condições de reprodução do capital e o desenvolvimento geográfico desigual. Para os autores,

[...] se a competição entre regiões governa a dinâmica capitalista, então a emergência de regiões bem-sucedidas, de centros de acumulação de capital altamente competitivos, afeta a situação global. Se uma dada região se torna a mais dinâmica e bem-sucedida na produção de certo bem, ela passa a ser referência para o mundo em termos de custos, padrão tecnológico, condições de trabalho, organização sindical etc. (2012, p. 103).

A partir da citação, entendemos as relações campo-cidade também a partir de dinâmicas reticulares de construção de padrões de competição, produzindo um movimento contínuo impulsionado pela lógica do modelo de reprodução econômico e socioespacial hegemônico, de integração e marginalização de espaços. No caso da comercialização agrícola, a leitura pelas urbanidades também orienta as condições materiais e as relações sociais de produção para a agricultura e a distribuição de gêneros agrícolas.

Produtores outrora marginalizados podem ser integrados, assim como o contrário. As relações campo-cidade, quando observadas pelo prisma da comercialização agrícola, admitem múltiplas espacialidades e, principalmente, uma configuração espacial dinâmica para a rede de distribuição e consumo de produtos agrícolas no estado do Rio de Janeiro.

Concordando com Rua, é fundamental “compreender o rural como parte da espacialidade do capitalismo contemporâneo” (2007, p.273) e, desse modo, a sua relação com a cidade como elemento constituinte de sua (i)materialidade. Por isso, o campo, compreendido como morfologia espacial, resulta de interações entre ruralidades e urbanidades imbricadas de forma transescalar, envolvendo múltiplas escalas geográficas.

Com os argumentos do autor, entendemos as interações sociais que envolvem urbanidades e ruralidades, formando uma sociabilidade híbrida. No entanto, quanto à morfologia espacial, essas articulações não dissolvem o campo como materialidade espacial, ou seja, afastamos a ideia da urbanização física total para compreendermos a hegemonia da urbanidade como racionalidade dominante nas relações sociais.

Diante dessa leitura, entendemos a relação campo-cidade por múltiplas conexões, ou seja, inúmeras redes sobrepostas que garantem ao campo múltiplas funções e diversas identidades/papéis, em sintonia, portanto, com as interações entre

urbanidades e ruralidades mediadoras das articulações sociais. De fato, definir o espaço rural nesse contexto é uma tarefa de extrema complexidade. Contudo, é fundamental, em alguma medida, compreendermos a(re)produção desse espaço pela sua interação com uma variedade de redes e de iniciativas transescalares. Aqui, orientamos tal análise pela comercialização agrícola, isto é, pelas múltiplas redes e escalas com diversos produtores, empresas de logística, supermercados, consumidores etc. Compreendendo a distribuição de gêneros agrícolas como uma linha de investigação entre campos e cidades, as normas e os padrões de competitividade (técnica ou não) servem para analisar as urbanidades e ruralidades como os conflitos/jogo político entre as forças sociais/produativas.

Moreira(2005), novamente, esclarece os rumos e as regras do jogo político-social que envolve as interações sociais. Segundo o autor, as interações tendem ao consenso fabricado por relações assimétricas de poder, com “a coexistência de múltiplas verdades, uma hegemônica” (MOREIRA, 2005, p.26). Há, conseqüentemente, uma demonstrada “intencionalidade nas ações dos diversos agentes espaciais que, num jogo de forças assimétricas, compõem a complexidade de cada lugar” (RUA, 2007, p. 295), construindo territorialidades urbanas e rurais simultâneas e híbridas de caráter “multiescalar, desigual, mas integrante em múltiplas redes, fundindo urbano e rural, metrópole e interior, numa lógica espacial capitalista” (RUA, 2007, p.272).

Portanto, concordando com Araújo (2012) e pensando a comercialização agrícola, compreendemos o urbano como práticas de sociabilidade e a cidade como morfologia espacial. Ainda de acordo com o autor, o urbano deve ser lido como fenômeno atuante em escala global e, simultaneamente, atuante de forma dialética na escala local. O urbano generalizado-global continente do rural (SOBARZO, 2006) não tende à eliminação do campo-morfologia; entretanto, altera as práticas socioeconômicas e espaciais no espaço rural, refletindo, assim, a ação hegemônica das urbanidades e, sobretudo, o estabelecimento de normas verticais aos processos de comercialização.

As práticas mercantis hegemônicas no urbano globalizado tendem a universalizar as práticas sociais pelo valor de troca, ao mesmo tempo que, em rede, articulam os espaços intencionalmente produzidos de forma desigual e combinada. As ações envolvem, (re)construem e simulam os elementos hegemônicos no campo, transformando tais práticas em novas possibilidades de sua (re)produção e manutenção.



Campos e cidades, como formas espaciais, carregam os símbolos de ordens hegemônicas e, dialeticamente, têm a capacidade de resistência aos processos verticais. Destarte, as redes sobrepostas que entrecruzam de forma transescalar cidade e campo representam também (i)materialidade das forças políticas e sociais presentes, constituintes e construtoras da espacialidade reticular e zonal como elementos complementares.

Na verdade, esse conjunto de relações, como aponta Woods (2011), não indica grandes transformações nas relações entre cidade e campo. Segundo o autor, a novidade está na velocidade, intensidade e complexidade das interações espaciais. Assim, a multifuncionalidade não representa o novo em absoluto, exceto pela compreensão desse processo como algo muito mais intenso, difuso e transescalar. Continuando, a fluidez garantida pelos avanços sócio-técnicos permite a maior troca de bens materiais e imateriais, fluxos produtivos, turistas, produtos agropecuários, máquinas, equipamentos, serviços, bens de consumo e consumo pelo turismo rural, tensionando as relações rígidas e viabilizando a maior flexibilidade nos processos espaciais.

Retornando aos argumentos de Araújo (2012), o urbano deve ser analisado e pensado de forma dialética com a cidade e, da mesma forma, com o campo. Na mesma linha, pensamos nas articulações entre urbano e rural como formas sociais em interação, relacionadas às morfologias espaciais cidade e campo, que também estão em interação. Assim, no campo da comercialização, pensamos as normas e ações como um campo de forças entre produção e consumo, portanto urbano e rural imbricados, engendrando fluxos reticulares de caráter transescalar entre campo e cidade.

De fato, como aponta Gómez (2001), a ruralidade perde a conexão com o sentido tradicional de rural. Ao mesmo tempo, essas representações são (re)criadas como símbolos para agregação de valor quando em interação com o urbano. Na prática, o turismo rural, por exemplo, se apropria de formas culturais (existentes ou não naquele lugar) para reforçar atributos de uma determinada área turística.

As práticas sociais presentes nas urbanidades ou nas ruralidades são, em geral, apropriadas e transformadas em mecanismos de reprodução ampliada do modo de produção capitalista. A aparente simplicidade da afirmação mascara uma enorme possibilidade de interações e análises de morfologias espaciais e sociais, separadas

apenas para fins de compreensão, já que, na realidade, são processos totalmente imbricados.

Tal posição reforça a necessidade e a dificuldade de pensarmos em parâmetros e indicadores capazes de sistematizar campo e cidade e, principalmente, sua relação. Assim, concordando com Sobarzo (2006, p.53), “o foco da discussão do que é urbano e rural desloca-se da forma para o conteúdo” e as expressões espaciais desses conteúdos aparecem no campo e na cidade.

Apesar de conteúdos sociais e morfologias espaciais distintos, urbanidades e ruralidades carregam a expressão da lógica urbano-global como virtualidade e, por isso, como normatividade e hegemonia. Pensar, portanto, em separar campo e cidade a partir de indicadores e parâmetros estatísticos e romper a base lógica relacional e transescalar das interações urbanidades-ruralidades-campos-cidades, parece-nos inviável.

Como virtualidade, o urbano é hegemônico, como prática social as urbanidades se tornam predominantes. Assim, como indica Sobarzo (2006), há avanços e retrocessos dialéticos nas interações entre campo e cidade, (re)invenções e novas articulações nos conteúdos sociais e inclusões/marginalizações de áreas-técnicas-pessoas, como ocorre com produtores familiares e consumidores.

A urbanização não representa a construção e a edificação de morfologias típicas das cidades; o urbano não é sinônimo de cidade e a cidade não é antônima de campo. Urbanidades e ruralidades são práticas e conteúdos sociais em interação e a urbanização generalizada (não física) integra campo e cidade.

A superação da dicotomia entre campo e cidade passa, nessa leitura, pela compreensão do urbano como devir e como centralidade e, neste sentido, as urbanidades como reflexo de práticas e normas exógenas (tornadas endógenas) ao rural, com capacidade de transformação e individualização do campo pode ocorrer, por exemplo, pelas transformações em curso na comercialização de gêneros agrícolas.

Essa reflexão também fundamenta a necessidade de entendermos o campo como plural e multifuncional, ou seja, além das funções agrícolas e não agrícolas, o campo é um rebatimento de um complexo processo socioespacial-histórico fomentado por horizontalidades e verticalidades. No caso da distribuição de gêneros agrícolas, representa a transformação e também a permanência de estruturas sociais e espaciais na

área serrana e na lógica de distribuição de produtos agrícolas na capital e na periferia metropolitana.

Prosseguindo, as transformações na base técnica, como infraestrutura de circulação de bens materiais e imateriais, sistemas de georreferenciamento e *softwares* de controle e gestão, isto é, padrões de competição de base logística, são inseparáveis dos elementos sociais constituintes, ou seja, os avanços mantêm atravessadores, entrepostos comerciais públicos etc.

Em virtude dos argumentos apresentados, entendemos a relação campo-cidade em conjunto com o jogo de urbanidades e ruralidades em meio ao devir hegemônico da sociedade urbana. Apontando essas complexas relações para a comercialização agrícola, analisamos as interações espaciais de forma plural e transescalar, isto é, em redes, entre campos e cidades entremeados pela construção social e econômica de padrões de competitividade que se materializam, principalmente, pela logística.

Castells (1999) valoriza a relação reticular da sociedade no período hodierno, iluminando, principalmente, a viabilidade técnica para a realização do “espaço dos fluxos”. Segundo o autor, as novas tecnologias informacionais (re)configuram o espaço a partir da hegemonia dos fluxos e das redes nas dinâmicas sociais e econômicas.

Os fluxos são direcionados por nós capazes de exercer centralidade em uma determinada rede, configurando centros de comando com alta capacidade de direcionamento e controle do sentido, direção e intensidade dos fluxos. Em geral, ainda de acordo com Castells (1999), a gestão dos fluxos tem origem nas grandes corporações transnacionais relacionadas aos setores financeiros, produtivos e tecnológicos e localizadas em algumas áreas integradas aos grandes circuitos da economia globalizada.

Essa relação gera uma situação de concentração da gestão dos fluxos, seguida por processos classificatórios e, portanto, hierarquizados de inserção ou marginalização no espaço dos fluxos. Assim, os grandes centros de controle da economia no período da economia globalizada disputam a hegemonia da dinâmica de fluxos, localizando as grandes decisões políticas e econômicas em poucas e grandes cidades do planeta.

Buscando uma primeira integração, Castells (1999) e Corrêa (2006) relacionam espaço, fluxos e tecnologia ao advento de associações de caráter global, integrando as cidades de forma hierarquizada em uma economia mundial. Assim, apesar do controle ser reduzido aos nós centrais da rede, é importante pensarmos nas articulações de

caráter global para além da sede das grandes empresas e das principais cidades planetárias. Consequentemente, os fluxos atuam em diversas áreas, ligando estruturas produtivas, financeiras e de gestão, alterando a forma e intensidade de integração na rede global dos fluxos.

Sem embargo, Castells (1999) nos lembra da instabilidade dos processos inseridos na análise hierarquizada dos fluxos. Na verdade, há uma constante (re)produção dos lugares integrados e/ou marginalizados pelos fluxos, assim como transformações no papel de determinadas áreas na gestão da qualidade e intensidade dos fluxos. Para o autor, as trocas de função dos nós devem ser também relacionadas aos parâmetros competitivos socialmente construídos e falsamente transformados em consenso.

Pensando nos parâmetros competitivos, as redes precisam ser dotadas de fluidez para circular a produção e acessar os pontos necessários para garantir a reprodução dos grupos hegemônicos. Logo, os processos produtivos e os investimentos financeiros são elementos efêmeros que articulam as necessidades dos fluxos hegemônicos à potencialidade dos lugares em (re)produzir localmente as normas e padrões de competitividade criados pelos centros de gestão da economia globalizada.

Uma possível caracterização para esses processos é o seu perfil efêmero e flexível. Dessa forma, a versatilidade e atransecularidade dos agentes envolvidos são fundamentais para determinar os papéis assumidos ao longo do tempo e das situações. Isto posto, os fluxos e as conexões geradas por ele são sempre processuais e dinâmicos. Nesse sentido, Corrêa (2006), ao abordar a rede urbana pela geografia, permite compreender a função de uma cidade dentro de um conjunto articulado e hierarquizado de cidades.

Santos (2002) incorpora ao estudo das redes e dos fluxos o caráter processual-histórico inserido na (re)produção do espaço geográfico. Assim, o autor associa o espaço dos fluxos ao necessário procedimento de territorialização dos fixos e, consequentemente, ao embate entre forças endógenas e exógenas presentes na lógica de ativação ou exclusão de um ponto no espaço dos fluxos.

A inserção da história e das temporalidades na dinâmica dos fluxos é fundamental para nos distanciarmos do discurso universalizador e homogeneizante erroneamente inserido no debate sobre a movimentação da economia globalizada. Este

aspecto fomenta o papel dos fluxos globais como dinamizadores de dinâmicas particulares, uma vez que atuam sobre espaços dotados de história, conflitos e inércia; logo, reagindo de forma única aos parâmetros e padrões de competitividade construídos.

Diante de tais premissas, entre elas o caráter material e imaterial dos fluxos, compreendemos a existência de um devir urbano que, na prática, é vivido como um embate assimétrico entre urbanidades e ruralidades, interagindo diretamente na forma e intensidade dos fluxos entre campos e cidades. O espaço dos fluxos incorpora campo e cidade e, nessa perspectiva, a relação entre eles é um aspecto do movimento geral do capital de buscar fluidez e flexibilidade por meio de arranjos espaciais reticulares.

Entretanto, convém afirmar a convivência, sob a égide dos fluxos, da lógica zonal. A permanência dos processos pautados por área reforça a complexidade das relações entre campos e cidades, da expressão de múltiplas territorialidades, da existência de múltiplos territórios integrados por rede (HAESBAERT,2004).

O convívio reforça o argumento de Santos (2002) por indicar a força de temporalidades pretéritas nos arranjos hodiernos e, conseqüentemente, as múltiplas formas adquiridas pela relação campo-cidade e pela comercialização agrícola entre os produtores familiares da Região Serrana e área metropolitana.

As permanências/resistências não eliminam a centralidade dos fluxos e das ações verticalizadas pelos atores com capacidade transescalar, ou seja, concordando com Castells (1999),

[...] por fluxos, entendo as sequências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade. Práticas sociais dominantes são aquelas que estão embutidas nas estruturas sociais dominantes. Por estruturas sociais dominantes, entendo aqueles procedimentos de organizações e instituições cuja lógica interna desempenha papel estratégico na formulação das práticas sociais e da consciência social para a sociedade em geral. (CASTELLS, 1999,p.501).

As relações entre campos e cidades, quando analisadas pelo prisma da comercialização agrícola, evocam interações espaciais entre diversas escalas, resistências e permanências, cooptações e consentimentos, diversos atores, múltiplas formas, ações hegemônicas e contra-hegemônicas. Na prática, compreender a

distribuição de gêneros agrícolas dessa forma permite a análise das relações de (re)produção do espaço a partir da interação entre produtores, operadores logísticos, supermercados e consumidores, todos integrados pelos arranjos reticulares e articulando normas e ações hegemônicas aos processos sociais e históricos produtores de uma espacialidade repleta de temporalidades.

As grandes redes de supermercado, como centralizadores logísticos em interação com o sistema CEASA-Rio, em sintonia (ou não) com operadores logísticos e buscando acessar os consumidores na área metropolitana do estado do Rio de Janeiro, tecem uma trama complexa envolvendo elementos simbólicos, econômicos, relações trabalhistas, técnicas logísticas e produtos, que circulam por redes geográficas sobrepostas e atravessadas por normas e poderes transversais/transescalares.

### **Territorialidades, ruralidades e as relações campo-cidade: o exemplo do território fluminense**

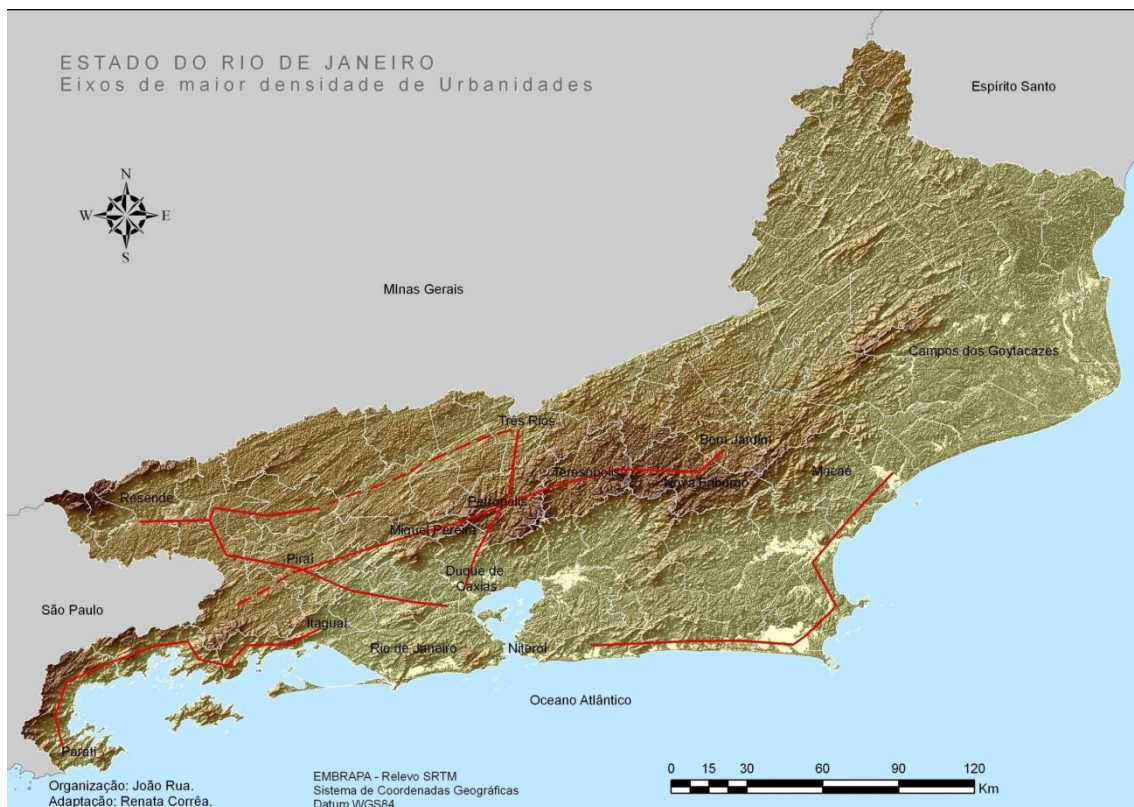
A metrópole fluminense apresenta uma forte concentração de população, de serviços, de produção material e imaterial na região metropolitana do Rio de Janeiro e uma crescente divisão territorial do trabalho com o interior, superposta a divisões anteriores, particularmente sob a forma de eixos (DAVIDOVICH, 1999 e NATAL, 2004), e que Rua (2011) que denomina “eixos de maior densidade de urbanidades”.

Hoje o trabalho pode ser repartido entre muitos lugares, de acordo com a sua produtividade para certos produtos. Isso leva a refuncionalizar áreas portadoras de densidades pretéritas e a ocupar áreas até então rarefeitas. Em todos os casos, modifica-se o valor de cada pedaço do território e aumenta-se a cooperação. Pode-se falar em dissolução da metrópole no território e de uma presença simultânea e instantânea em todos os lugares (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 141).

Os eixos de maior densidade de urbanidades podem ser visualizados no Mapa 1 e, de modo geral, podem ser caracterizados por: a) eixo que se desloca da RMRJ em direção a Angra dos Reis e Paraty - a Região da Baía da Ilha Grande, também conhecida como Costa Verde, na qual se destacam as atividades de turismo e que tem provocado imensas transformações, com apelo intenso para o turismo de praia, histórico e ecológico. Essa região concentra em seu território grandes reservas de Mata Atlântica, inúmeras ilhas (entre elas a Ilha Grande) e cidades históricas como Paraty. Grande parte do território

integra áreas de proteção ambiental, o que inibe a prática de atividades agrícolas. A intensa ocupação por grandes hotéis de luxo e condomínios fechados tem provocado uma intensa especulação imobiliária e expulsado os produtores familiares de suas terras. A eles resta se inserirem no mercado de trabalho urbano ou na prática da agricultura extrativista, com a exploração da banana e do palmito e assessorados por técnicos governamentais da Emater, IBAMA, e exercerem atividades nãoagrícolas, trabalhando nos hotéis e condomínios; b) eixo que segue da RMRJ em direção a Cabo Frio, Búzios e Macaé, a Região das Baixadas Litorâneas (Costa do Sol) e que também tem no turismo um forte vetor de crescimento. Observa-se um intenso crescimento de turismo de massa em direção ao litoral norte do Rio de Janeiro, provocando uma intensa urbanização e a proliferação de segundas residências, o que levou ao fracionamento da terra e à expulsão das atividades agropecuárias para a criação de loteamentos e condomínios. A presença da Petrobrás em Macaé representa, na constatação de Rua (2002, p. 48), “uma avassaladora especulação imobiliária com profundas marcas de segregação socioespacial”;

Mapa 1: Densidade de urbanidades



c) eixo que ocorre no “topo da serra” (RUA,2002), cujos principais representantes são os municípios de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis. Marcada pela produção de hortigranjeiros e flores que abastecem a RMRJ, a área apresenta também um tradicional e significativo polo industrial (com destaque para a moda íntima), além da presença de inúmeros sítios de veraneio, casas de segunda residência, hotéis-fazenda, pousadas *espas* que associam seus estabelecimentos aos aspectos naturais da região. Corresponde a uma área de turismo alternativa ao turismo de praia da Costa Verde e do Sol. Nessa área ocorre uma intensa produção agrícola em bases familiares, centrado em pequenos estabelecimentos, na mão de obra familiar e na baixa tecnificação da lavoura. Esses produtores, na grande maioria das vezes, ficam à mercê dos atravessadores que controlam o processo de comercialização da produção. Produzem alface, brócolis, couve-flor, tomate etc. e apresentam baixo rendimento em suas atividades agrícolas. Na complementação da renda familiar, inserem-se no mercado de trabalho não agrícola, exercendo atividades de jardineiros, caseiros, domésticos, ou trabalhando em empresas das cidades da região. Essa área também produz orgânicos e hidropônicos para um mercado consumidor restrito à zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Na Região Serrana Fluminense, nota-se a presença marcante de atividades relacionadas ao turismo rural contemporâneo e em sintonia com a produção familiar; d) o território que engloba as regiões do Médio Vale do Paraíba e Centro Sul Fluminense e que contribui, além da produção leiteira, com a produção de hortigranjeiros para o abastecimento da RMRJ, mas apresenta como marca na paisagem a atividade cafeeira, com presença das grandes casas nas sedes das fazendas. Isto levou os municípios da área a organizarem o “Festival do Vale do Café”, porém sem que haja interatividade com os produtores familiares, que continuam a buscar sua complementação de renda nas indústrias da região, que concentram um grande número de empresas do setor metal-mecânico; e) as regiões Norte e Noroeste Fluminense que, em função do distanciamento da área metropolitana, apresentam fortes características rurais, com a produção de leite, cana-de-açúcar, café e frutas. Esse quadro tem sido alterado com a presença da Petrobrás e seus *royalties*, que têm proporcionado empregos também para os agricultores dessas regiões. O



estabelecimento de um roteiro turístico associado à atividade canavieira é incipiente e encontra resistência por parte dos proprietários das fazendas.

### **Considerações Finais**

No espaço rural, observam-se inúmeras atividades: as agrícolas, com a produção de matérias-primas para a indústria, a produção de alimentos, a presença de assentamentos e acampamentos de trabalhadores rurais; e as não agrícolas, como a localização de indústrias e a procura de áreas com natureza preservada para a construção de residências, hotéis e pousadas, que geram a necessidade de mão de obra e proporcionam aos produtores rurais residentes a possibilidade de empregos e de aumento da renda familiar. O aumento dessas atividades não agrícolas está associado à implementação, pelo poder público, da infraestrutura de transporte e de comunicação que permite a circulação dos fluxos de pessoas, mercadorias, informações e capital.

A maior parte das mudanças inerentes ao espaço rural não incorpora a produção dos complexos agroindustriais e, em sua grande maioria, corresponde à produção familiar em pequena propriedade. É nesse espaço não incorporado ao modelo hegemônico que ocorrem as maiores transformações, pois as áreas que apresentam preservação da natureza e que podem ser transformadas em áreas de lazer, com a construção de sítios de final de semana, hotéis e pousadas, atraem populações das áreas urbanas e proporcionam empregos aos pequenos produtores rurais. Tal fato oferece-lhes a possibilidade de exercer outras atividades que não somente as agrícolas. É nesses espaços que também ocorre o incentivo às práticas agroecológicas e alternativas em detrimento da forma de produção tradicionalmente efetuada nas médias e grandes propriedades. Esses locais correspondem ao espaço rural revalorizado em decorrência da natureza mais preservada e que se torna uma mercadoria a ser consumida pelas populações, sobretudo de origem urbana.

A natureza inserida no contexto do espaço rural é também apropriada como mercadoria e, neste sentido, contribui para a coexistência de temporalidades e espacialidades no campo fluminense. As territorialidades conflitantes passam pela configuração da comercialização em suas múltiplas formas e do turismo no espaço rural. Mudam as relações entre o campo e a cidade, com a subordinação do primeiro à segunda, porém, ambos se integram como espaços de consumo.

**Notas:**

\* Professor associado do Departamento de Geografia Humana – IGEOG – UERJ.  
glauciomarafon@hotmail.com

\*\* Doutorando no PPGeo-UERJ – rogerioseabra@gmail.com

1Araújo (2012).

**Referências:**

ACHKAR, Marcel. *AGRONEGOCIOS. Nuevas modalidades de colonialismo em elconosur de América Latina*. Montevideo:Redes, 2007.

ARAÚJO, James Amorim. Sobre a cidade e o urbano em HenriLéfèbvre. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 31, p. 133 – 142, 2012.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, PauloCésar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Explorações geográficas*. Riode Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 336 p.

DAMIANI, AméliaLuisa. Introdução a elementos da obra de Henri Lefebvre e a geografia. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, v. esp., p. 254-283, 2012.

DAVIDOVICH, Fany. *Estado do Rio de Janeiro: singularidade de um contexto territorial*. Porto Alegre: Anpur, 1999.

ELIAS, Denise. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, Gláucio; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo (Org.)*Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro:Eduerj, 2007.p. 49-66.

FERRÃO, João. Relações entre o mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pista para o futuro. *EURE*,Santiago,v. 26 n. 78, set. 2000.

FONTES, V. Capitalismo, exclusões e inclusão forçada. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v.2, n 3,1997.

GOMÉZ, S. Nueva Ruralidad? Um aporte al debate. *Estudios, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 5-32, out. 2001.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 13 ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

JEAN, Yves. *Géographies de L'écolerurale. Acteurs, réseaux, territoires*. Paris: Éditions Ophrys, 2007.

LENCIONI, Sandra. *Região e geografia*. São Paulo: EDUSP, 2003.

MOREIRA, Roberto José. Ruralidades e Globalização: ensaiando uma interpretação. In: MOREIRA, Roberto José (Org.) *Identidades sociais: ruralidades no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 15-40.

MOREIRA, Roberto José. Configurações de poderes urbano-rurais: fragmentos de discursos e práticas. In: MARAFON, Gláucio; RUA, João ; RIBEIRO, Miguel Ângelo (Org.) *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007. p. 67-95.

MONTE-MÓR, Roberto Luis. *A relação urbano-rural no Brasil contemporâneo*. II Seminário Internacional sobre desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul-RS, 28/09 a 01/10 de 2004. (CD-ROM).

MONTE-MÓR, Roberto Luis. O que é urbano no mundo contemporâneo. *Texto para discussão n° 281*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2006. 14 p.

NORONHA, Elias Oliveira ; HESPANHOL, Rosângela. Transformações em curso no espaço rural: algumas reflexões a partir do conceito de ruralidade. *Revista Geografia em questão, cidade?* v. 1, n.2 2009. p. 82-92.

PARÉ, Luisa. La relacion campo-ciudad: elementos para agenda comum. *Revista ALASRU*, n.5, p. 95-112, 2001.

REIS, José. *Observar a mudança: o papel dos estudos rurais*. Conferência pronunciada no 1º Congresso de Estudos Rurais. Vila Real/Portugal, 2001.

RIBEIRO, Miguel A. Considerações sobre o espaço fluminense: estrutura e transformações. In: MARAFON, Gláucio J.; RIBEIRO, M. F (Org.). *Estudos de geografia fluminense*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. 208 p. p. 13-26.

RUA, João. Urbanidades e novas ruralidades no estado do Rio de Janeiro: algumas

considerações teóricas. In: Marafon, Glaucio J.; RIBEIRO, Marta Foeppeel. (Org.). *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Infobook, Ltda., 2002.

RUA, João. Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades. *Campo-território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 1, n.1, p. 82-106, fev. 2006. Disponível em: <[www.campoterritorio.ig.ufu.br](http://www.campoterritorio.ig.ufu.br)>.

RUA, João. As crises vividas pelo estado do Rio de Janeiro e a emergência de novas territorialidades em áreas rurais. In: MARAFON, Gláucio J.; RUA, João ; RIBEIRO, Miguel Ângelo (Org.) *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *Brasil.Território e Sociedade no início doséculo 21*. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473 p.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. Milton Santos, 4a.reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. 1a.impressão, 1996.

VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas. Editores Associados, 2001.

WANDERLEY, M. de N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um Pacto Social pelo Desenvolvimento Rural. In: GIARRACCA, N. (Org.). *Una Nueva Ruralidad en América Latina?* Buenos Aires, p. 31 – 44: 2001. Acesso em set de 2012.

WOODS, Michael. *Rural*. New York, Routledge. 2011

Artigo recebido para publicação em julho de 2014.

Artigo aceito para publicação em outubro de 2014